

DIREITO PRIVADO, RAZÃO E JUSTIÇA

2023

Cláudio Michelin

DIREITO PRIVADO, RAZÃO E JUSTIÇA

© Almedina, 2023

AUTOR: Cláudio Michelon

DIRETORALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Larissa Nogueira e Letícia Gabriella Batista

ESTAGIÁRIA DE PRODUÇÃO: Laura Roberti

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: Roberta Bassanetto

ISBN: 9786556278834

Julho, 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Michelon, Claudio

Direito privado, razão e justiça / Claudio
Michelon. -- 1. ed. -- São Paulo : Almedina,
2023.

ISBN 978-65-5627-883-4

1. Direito privado - Brasil

2. Inconstitucionalidade das leis 3. Justiça

I. Título.

23-153158

CDU-347(81)

Índices para catálogo sistemático:

I. Brasil : Direito privado 347(81)

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Coleção IDiP

Coordenador Científico: Francisco Paulo De Crescenzo Marino

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

www.almedina.com.br

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	19
PARTE I	
DIREITO PRIVADO E JUSTIÇA	23
CAPÍTULO 1	
A CIRCULARIDADE VIRTUOSA: DIREITO POSITIVO E JUSTIÇA PARTICULAR	25
1.1. Justiça Particular	28
1.2. A Concepção Informativa da Relação entre o Direito e a Justiça Particular	31
1.3. Para que serve a Justiça Particular?	35
1.4. Alocação, Exclusividade e por que o Direito Positivo é condição necessária para a Justiça Particular	40
1.5. O Propósito da Justiça Particular	45
CAPÍTULO 2	
O QUE O DIREITO PRIVADO JÁ FEZ PELA JUSTIÇA?	49
2.1. O Valor das Regras de Alocação de Direito Privado	49
2.2. O Que é uma Alocação?	54
2.3. Justificando Alocações	58
2.4. Como Parear Pessoas Específicas com Bens Específicos	63
2.5. Os Valores das Instituições de Direito Privado	66

DIREITO PRIVADO, RAZÃO E JUSTIÇA

CAPÍTULO 3	
DEVER PRIMÁRIO ≠ DEVER SECUNDÁRIO?	71
3.1. Deveres Primários, Deveres Secundários e Identidade	72
3.2. Fundamentos e Identidade do Dever Primário e do Dever Reparatório.	81
3.3. Deveres, Razões e Continuidade	84
CAPÍTULO 4	
FUNDAMENTOS ECONÔMICOS E NÃO-ECONÔMICOS PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR	95
4.1. A Unidade do Direito do Consumidor do Ponto de Vista de sua Fundamentação	96
4.2. Justiça como Fundamento do Direito do Consumidor	99
4.3. O Papel dos Argumentos Econômicos na Fundamentação do Direito do Consumidor	105
4.4. Conclusão	108
PARTE II	
O DIREITO PRIVADO E A ESFERA PRIVADA	111
CAPÍTULO 5	
A NATUREZA PÚBLICA DO DIREITO PRIVADO	113
5.1. O Direito como Expressão de uma Conexão	114
5.2. O enigma da Conexão Privada	120
5.3. O Direito Privado e a Esfera Privada	123
CAPÍTULO 6	
O PÚBLICO, O PRIVADO E O DIREITO	127
6.1. Introdução	127
6.2. Imaginários Sociais do Público e do Privado	130
6.3. Alteridade no Direito e na Política	135
6.4. O Enigma do Direito Privado	141
6.5. Direito Privado e Formas de Desrespeito	144
6.6. Conclusão	151

PARTE III	
DIREITO PRIVADO E DOUTRINA	153
CAPÍTULO 7	
UM ENSAIO SOBRE A AUTORIDADE DA RAZÃO NO DIREITO PRIVADO	155
7.1. Introdução	155
7.2. Funcionalismo e Autonomia Privada	156
7.3. Uma Moralidade para o Direito Privado.	161
7.4. A Teoria da Causa do Negócio Jurídico	164
7.5. O Direito Privado e a Razão como <i>Techné</i> .	166
7.6. Os Limites da Justiça Corretiva: sociedades transicionais e o estabelecimento da justiça distributiva como pressuposto da justiça corretiva	169
7.7. Conclusão	170
CAPÍTULO 8	
A INFERÊNCIA À MELHOR EXPLICAÇÃO E A AUTORIDADE DA DOUTRINA	173
8.1. A Autoridade da Doutrina	176
8.2. A Atividade Intelectual do Doutrinador	179
8.3. A Inferência à Melhor Explicação	183
8.4. O Joio do Trigo	194
CAPÍTULO 9	
ILICITUDE E VONTADE NO <i>ESBOÇO</i> : TEIXEIRA DE FREITAS FILÓSOFO?	199
9.1. Ato Ilícito no <i>Esboço</i>	202
9.2. O Ato Voluntário como Pressuposto da Ilícitude no <i>Esboço</i>	207
9.3. Conclusão	221
NOTA EXPLICATIVA	223